

DEMOCRACIA E LUTA DE CLASSES: O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O EMBATE PELA REVOGAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES

Cristina Souza Paraíso

Professora especialista em educação física; bolsista FAPESB/UFBA;
integrante do Grupo LEPEL/FACED/UFBA

Erika Suruagy Assis de Figueiredo

Professora mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF;
bolsista CAPES; integrante do Grupo LEPEL/FACED/UFBA

Guilherme Gil da Silva

Professor de educação física;
estagiário científico do Grupo LEPEL/FACED/UFBA

Melina Silva Alves

Professora de educação física;
estagiária científica do Grupo LEPEL/FACED/UFBA

RESUMO

Diante do uso indiscriminado do termo democracia e do quase desuso da categoria luta de classes, refletimos sobre o embate pela revogação das Diretrizes Curriculares de Educação Física. Partimos da necessidade de entender os nexos, as relações e determinações inseridas no sistema capitalista, que esgotou suas possibilidades civilizatórias e busca, com o neoliberalismo, encontrar saídas para os seus problemas, inclusive na educação. Concluímos que a própria democracia deve ser a construção da sociedade socialista, e não apenas resumir-se a um método para construção de falsos consensos que não atendem às reivindicações históricas do MEEF e da classe trabalhadora.

RESUMEN

Contra el uso indiscriminado del termo democracia e do casi desuso de la categoría lucha de clases, reflectemos sobre lo embate pela revocación de las Directrices Curriculares de Educación Física. Partimos de la necesidad de entender los nexos, las relaciones e determinaciones inseridas en el sistema capitalista, que agoto sus posibilidades civilizatórias e busca, con lo neoliberalismo, encontrar salidas para sus problemas, inclusive en la educación. Concluimos que a propia democracia debe ser la construcción de la sociedad socialista, y no apenas resumir-se a un método para construcción de falsos consensos que no atienden a las reivindicaciones históricas do MEEF e de la clase trabajadora.

ABSTRACT

Ahead of the indiscriminate use of the term democracy and almost the disuse of the category fight of classes, we reflect on the shock for the revocation of the Curricular Direction of Physical Education. We start of the necessity to understand the nexuses, the inserted relations and determination in the capitalist system, that depleted its civilizatories possibilities and searches, with the neoliberalism, to find exits for its problems, also in the education. We conclude that the proper democracy must be the construction of the socialist society, and not only to summarize it a method for construction of false consensuses that do not take care of to the historical claims of the MEEF and the worker class.

Diante do uso indiscriminado do termo democracia e do quase total desuso da categoria luta de classes, o presente estudo buscará refletir, à luz dessas categorias, sobre as políticas públicas para a formação superior em educação física e o embate de projetos antagônicos no processo de construção das Diretrizes Curriculares para a área. Partimos da necessidade de entender os nexos estabelecidos, inseridos no contexto de análise do momento atual do capitalismo, que esgotou suas possibilidades civilizatórias (MÉSZÁROS, 2002) e busca, através do ideário neoliberal, encontrar saídas para os seus problemas, inclusive no âmbito da educação e da educação física.

Segundo Wood (2003, p.177), o conceito antigo de democracia surgiu na Grécia, em particular em Atenas, a partir de “uma experiência histórica que conferiu *status* civil único às classes subordinadas, criando principalmente aquela formação sem precedentes, o cidadão-camponês”.

Já o conceito moderno de democracia está relacionado à experiência inglesa, que difere da ateniense por se tratar da afirmação da independência dos senhores em relação à monarquia e não da libertação política da classe subordinada (camponesa) através da cidadania. Portanto,

a afirmação do privilégio aristocrático contra a invasão das monarquias produziu a tradição da ‘soberania popular’ de que deriva a concepção moderna de democracia; ainda assim, o ‘povo’ em questão não era o *demos*, mas um estrato privilegiado que constituiu uma nação política exclusiva situada no espaço público entre a monarquia e multidão. (WOOD, 2003, p.178)

Gera-se uma grande ênfase no Parlamento, onde se concentra toda a ação política e, posteriormente, no Executivo. Com o avanço do capitalismo e a transferência do poder do senhorio para a propriedade, os benefícios passaram da ordem política para serem de ordem econômica, tornando, assim, possível outra forma de democracia, que expandiu a cidadania, mas restringiu seus poderes.

As mudanças na organização do sistema capitalista levam também a mudanças no ordenamento político. Porém, sabemos que existem muitas formas, desde os regimes autocráticos (bastante em vigor na década de 1960 na América Latina) a outras formas mais modernas de democracia política.

Para Tonet (2005, p.92) apesar de referir que Marx não teria feito propriamente uma referência à questão, ele concordaria que existe uma diferença entre um poder democrático e um poder despótico, mas a essência entre os dois poderes é a mesma, acrescentando, a partir do *Manifesto do partido comunista* que o poder político é o poder de organização de uma classe para oprimir a outra. Porém,

Marx não se refere ao poder político na sua totalidade, mas ao núcleo essencial deste poder. O que evidentemente, deixa a porta aberta para admitir que a política não é, *en bloc*, uma pura, direta e simples defesa dos interesses das classes dominantes (TONET, 2005, p.94)

Portanto, apresenta-se a necessidade de entender, questionar, participar da luta pelo poder político, atuar nas contradições, mesmo identificando que as estruturas capitalistas sempre se articularam com ordenamentos políticos diversos. Isto ocorre na medida em que

os ordenamentos políticos possíveis não colocam em risco o que é fundamental no sistema: a propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente apropriação da mais-valia.

Dessa forma, estabelece-se uma contradição: a ampliação na socialização da vida humana frente aos mecanismos restritos e restritivos para a participação ativa das massas nas decisões políticas. Na tentativa de resolução teórica de tal impasse, vale salientar que no bojo de muitas lutas sociais apresenta-se uma separação entre o político e o econômico, em que a igualdade, característica fundamental da democracia, é natural e estabelece-se, através da lei, solução jurídica para a questão da cidadania. Os que antes não eram considerados cidadãos por não serem proprietários, passam a ser “incorporados”, tendo em vista as necessidades do capitalismo.

Entretanto, o que a análise das formações econômico-sociais capitalistas demonstra insofismavelmente é que a estrutura econômica que lhes é própria põe à democracia um *limite absoluto*: ela só se generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na *igualdade social real*, ou seja, na igualdade em faces dos meios de produção – a estrutura capitalista só é compatível com a *democracia-método*. (NETTO, 1990, p. 76-77)

O que não quer dizer que se tenha de abrir mão da democracia enquanto método, por entender, como Oliveira (1991, p.78), que este “constrói regras através do conflito, do reconhecimento das alteridades, da relevância dos sujeitos coletivos, que abrem espaço para a relevância do indivíduo”. Mas é preciso levar em consideração que, “se todos participarem realmente na gestão do Estado, o capitalismo não pode se manter por mais tempo” (LENIN *apud* NETTO, 1990, p.77) e que o método na democracia liberal restringe-se à representação, participação indireta, restrita.

Utilizando argumentos de Cerroni, Netto (1990, p.84-85) parte da seguinte compreensão:

Por *democracia-método* deve entender-se o conjunto de medidas institucionais que, sob formas diversas (mais ou menos flexíveis), numa dada sociedade, permitem, por sobre a vigência de garantias individuais, a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais; quanto à *democracia-condição social*, ela não é um simples conjunto de institutos cívicos, organizados num dado ordenamento político, mas um ordenamento *societário* em que todos, a par da livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais, têm iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social (NETTO 1990, p.84-5).

Nesse sentido, valemo-nos da possibilidade de ampliação das instituições democráticas, construídas pela classe trabalhadora, que, por meio das lutas sociais, conquistaram, ao longo da história, a expansão dos graus de representatividade, mas não podemos nos limitar a ver a democracia, como diria Dias (1997), “como mero elemento tático” ou “as regras do jogo”. Precisamos construir a democracia dos trabalhadores, *democracia-condição social*, como *objetivo-meio*, em que a socialização da economia e da política integre a formação de uma nova sociedade.

Já a democracia liberal é, no plano político, a forma de regulação da sociedade aos interesses do mercado. Através da concorrência desleal, acesso diferenciado ao poder econômico, político e ideológico no seio da ordem capitalista, naturaliza, assim, as

desigualdades. Portanto, a questão da democracia está inserida no contexto da luta de classes.

Já Coutinho apresenta o entendimento do liberal-corporativismo *versus* democracia de massa, segundo o qual

o liberal-corporativismo consolida a hegemonia burguesa na sociedade (pode-se aqui recordar o caso norte americano), a democracia de massas – ao promover uma disputa aberta entre projetos alternativos de sociedade – favorece a luta pela hegemonia (ou contra-hegemonia) das classes subalternas (COUTINHO, 1991, p.101).

Cabe nesse momento fazer uma reflexão sobre o que entendemos por classes sociais. Utilizaremos o referencial marxista, que, segundo Poulantzas (1978), define-as como “o conjunto de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica. Porém, articulados aos outros critérios políticos e ideológicos”.

Segundo Florestan Fernandes, analisando a América Latina, o conceito de classe social está historicamente relacionado ao modo de produção capitalista. Para ele

a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo (FERNANDES, 1975, p.33).

Portanto, para melhor compreensão da luta de classes hoje, dos interesses antagônicos em disputa – especificamente neste estudo, no âmbito da educação física – é preciso entender as mudanças sofridas na estruturação produtiva do sistema capitalista e as atuais formas de regulação do sistema.

A partir dos argumentos de Florestan Fernandes, Limoeiro (2005, p.9) apresenta que as classes sociais se organizam para preservar, fortalecer ou superar um determinado modo social vigente; portanto, numa sociedade dividida em classes

a explicação dos grandes movimentos e transformações da história encontra-se nas relações de cooperação ou de luta entre as classes sociais. Por isso suas teorizações sobre o capitalismo dependente nunca abstraem o sistema de classes das formações capitalistas, quer estas sejam dependentes, autônomas ou hegemônicas. (LIMOEIRO, 2005, p.9)

Guardadas as especificidades, o sistema de classes está articulado nacional e internacionalmente, sendo fundamental compreender o movimento mais geral do capital, os motivos da heteronomia de países como o Brasil e a conseqüente necessidade de organização das classes para a manutenção ou a superação do *status quo*. Por isso, o conceito de capitalismo dependente, inserido na luta de classes, desmascarou a dominação imperialista e da burguesia das nações latino-americanas que cooperam entre si.

Portanto, a atualidade do capitalismo nos mostra o quanto tem sido perverso a manutenção desse sistema, com o aumento do número de guerras, da miséria, das desigualdades de todos os tipos (econômicas, sociais, raciais, gênero, etc.), da exploração, entre outros fatores. Um processo de mundialização do capital

como uma nova fase no processo de internacionalização do capital, aprofunda e consolida, de novas maneiras, a desigualdade social, a superexploração do trabalho, as práticas de extermínio e a exclusão social tanto entre classes sociais quanto entre países e regiões de nosso planeta. O discurso da globalização como forma integrada e harmoniosa de desenvolvimento e crescimento capitalista, associado à realização do projeto neoliberal de sociedade e de educação, conduziu o processo excludente da mundialização do capital desde a década de 1980 (MELO, 2005, p. 406).

Segundo Mészáros (2002) existe uma crise estrutural, e não só conjuntural, da “forma capital”, como entendimento de que estão esgotadas todas as possibilidades civilizatórias, operando de maneira apenas destrutiva, necessitando atacar cada vez mais duramente as conquistas históricas dos trabalhadores.

Na tentativa de superação dessa crise sem precedentes na história, passamos a observar mudanças significativas na organização da produção e no papel do Estado. O que antes parecia possível de ser conquistado nos marcos do capitalismo, como o pleno emprego, alguns direitos trabalhistas, e previdenciários e serviços públicos de qualidade, torna-se cada vez mais difícil. Nesse contexto, reaparece com bastante força o receituário do neoliberalismo¹, que se caracteriza como uma doutrina em que o mercado é a grande panacéia e o Estado o grande vilão, cabendo a este preservar as instituições que permitem o bom funcionamento do primeiro.

Não existem saídas das leis “naturais” do mercado – todos têm que se adaptar às regras. Expressando-se politicamente pelos ajustes estruturais, privatizações e desresponsabilização do Estado com as questões sociais, busca a implementação do Estado mínimo² para a manutenção dos direitos inalienáveis do ser humano (saúde, educação, habitação, etc.), repassando a sua responsabilidade para a iniciativa privada e os indivíduos. Caracteriza-se também pela diminuição de recursos públicos para as áreas sociais³, com transferência destes para o setor privado⁴ e destruição dos direitos e conquistas da classe trabalhadora.

O neoliberalismo está diretamente articulado com o acelerar da crise do capital na esfera produtiva, apresentando-se como “alternativa” para continuar a sustentar o sistema da propriedade privada dos meios de produção, inclusive na área educacional. A educação e a educação física inserem-se nesse contexto como uma mercadoria, que é entendida, para Marx (2002, p.57), como “uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”. Sendo ainda utilizada como instrumento privilegiado de controle social e de legitimação das políticas de interesse do capital, tornando-se um dos ramos de negócios mais rentáveis, intitulado como mercado de serviços educacionais, inserindo-se nos tratados de livre comércio.

¹ Aprofundar em Hayek (1984) e Nozick (1991).

² Porém, máximo protetor dos interesses do “mercado”. Ver novo perfil do Estado em Bresser Pereira (2001), além do relatório do Banco Mundial (1997).

³ Desviados para o pagamento das dívidas externa e interna, com o aumento do superávit primário.

⁴ Através das Parcerias Público Privada, Lei 11.688 de 19 de maio de 2004.

Para melhor visualização, no que se refere à educação superior, por exemplo, segundo dados do censo da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) 88,9% das instituições de educação superior são privadas. Esse percentual, segundo dados do *World Education Indicators*, coloca o sistema de educação superior brasileiro entre os mais privatizados do mundo, atrás apenas de alguns poucos países (INEP, 2003).

Vale salientar que, ainda segundo dados do mesmo censo, entre as dez instituições com maior número de matrículas, encontram-se em primeiro e segundo lugar duas universidades privadas (Estácio de Sá – RJ e Paulista – SP), e apenas três são estaduais, ocupando a terceira, a sétima e oitava posição (São Paulo, Piauí e Goiás). Configura-se assim, no Brasil, um mercado em expansão nesse setor.

A nosso ver, as questões afetas à educação superior, especificamente ao curso de Educação Física, não podem ser tratadas apenas como problema interno das instituições. Esse debate articula-se às grandes problemáticas sociais que destacamos: a democracia e a luta de classes.

Nesse contexto, torna-se fundamental a desvinculação da educação e da educação física como direito de todos e dever do Estado, para que seja facilitado o seu processo de privatização, sob a argumentação de que se a educação funciona mal, é porque está nas mãos do Estado. Na visão neoliberal, o problema é ocasionado pela falta de competição e pela burocracia estatal, sendo necessária para solucioná-lo a livre concorrência para venda desse serviço, bem como inserir a formação na lógica das competências. Segundo esse entendimento,

a formação do trabalhador de novo tipo pressupõe a dimensão do trabalho, baseado no modelo de competências, bem como a dimensão da formação para as mudanças gerais no mundo do trabalho, calcadas em sua precarização, o que implica a exigência do atributo da empregabilidade (NOZAKI 2004, p.95).

Esse atributo pode ser entendido como uma capacidade de adaptação flexível e individual às necessidades do “mercado de trabalho”, com a transferência para o indivíduo da responsabilidade por sua educação, inserindo-o numa lógica de consumo dessa mercadoria para poder estar preparado e bem qualificado. Caso contrário, o indivíduo é culpado⁵ por seu fracasso, por sua não inserção no “mercado”⁶. Nesse sentido, a promessa de *empregabilidade*, articulada a outros fatores, leva à busca por cursos de qualificação e pela educação superior.

A Educação Física encontra-se inserida nessa realidade, sendo colocada na esfera do “mercado”, que transforma cada ser humano em comprador, em consumidor, em cliente. Educação Física como direito? Nada disso, o público torna-se privado – nós somos clientes de uma educação afirmada enquanto mercadoria. Privatizar é a palavra de ordem: a crise educacional é culpa dos indivíduos, dos professores preguiçosos, dos estudantes que não se esforçam, da escola que não valoriza o conhecimento. O problema é individual e mais uma vez fica clara a necessidade da existência da competição mercadológica para a “requalificação” da Educação Física e dos indivíduos.

Para a adequação da educação física aos interesses do “mercado”, foi instaurado um processo de reformulação dos currículos, que se encontra articulado com o processo de

⁵ Sobre o processo de “culpabilização das vítimas”, ver Gentili (2004).

⁶ A Rede Globo de Televisão insiste em seus noticiários que não é emprego o que falta no Brasil, mas sim mão-de-obra “qualificada” para preencher as vagas oferecidas.

reforma da educação superior como um todo. Ainda que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Educação Física (DCNEF) tenham sido aprovadas no ano de 2004, houve alguns embates com a elaboração de propostas anteriores à que foi aprovada. Particularmente, após grande resistência na área da Educação Física frente ao parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) 138/02, uma nova Comissão de Especialistas (COESP) foi formada e teve o trabalho de apresentar um novo parecer para as DCNEF em audiência pública.

No mês de dezembro de 2003, o movimento estudantil de educação física (MEEF), reunido na cidade de Brasília, acompanhou as audiências públicas referentes à discussão das DCNEF. A COESP da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), responsável por apresentar uma proposta de resolução formulada para essas Diretrizes era composta por um representante da SESu/MEC, um do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), um do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e dois do Instituto Anísio Teixeira (INEP), totalizando 5 membros. A proposta dessa Comissão configurou-se pautada na fragmentação da profissão e estabeleceu-se como um falso consenso para a área, tendo sido fortemente influenciada pelas posições do CONFEF.

O CBCE, ao coadunar com a proposta da COESP, apresentou um recuo nas discussões referentes à formação profissional e desconsiderou o posicionamento de seu Grupo de Trabalho Temático “Formação Profissional e Mundo do Trabalho”, que se colocou contra a proposta dessa Comissão. Esse posicionamento está explícito na Carta de Vitória, documento elaborado em reunião do referido GTT ainda no ano de 2003 (CARTA DE VITÓRIA, 2003).

Nessa audiência, o MEEF, representado por sua entidade máxima – a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) – defendeu a proposta de Licenciatura Ampliada⁷ e um processo aberto de discussão para formulação das Diretrizes, com fóruns regionais e nacionais para que os debates não ficassem restritos a “comissões de especialistas”. A ExNEEF chegou a ser convidada a compor a COESP da SESu/MEC, o que não foi aceito devido à restrição dessas discussões a estes fóruns mínimos e, também, pelo entendimento de que a sua participação legitimaria a construção do falso consenso dentro da área. Entendia-se, assim, que se falsificava a luta de projetos antagônicos, ferindo a história de lutas do MEEF e as deliberações de suas instâncias.

Os estudantes posicionaram-se veementemente contrários às novas DCNEF e iniciaram um processo de luta para a revogação das mesmas. Durante o Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física, no ano de 2004, realizado na cidade de Brasília, organizados e mobilizados, deliberaram por realizar uma ação concreta que pressionasse o processo de revogação das DCNEF e possibilitasse a rediscussão acerca da formação em educação física.

Nesse ínterim, realizaram uma ocupação do prédio do CNE no dia 30 de julho de 2004, reunindo mais de 300 estudantes para exigir a revogação das Diretrizes Curriculares aprovadas. Esse ato público deu visibilidade à luta e às discussões, desmascarando o falso consenso que possibilitou a aprovação das DCNEF, em voga até hoje. Foi esse ato público, também, uma ação organizada, que possibilitou que passassem a ocorrer reuniões com o CNE.

Foram realizadas duas reuniões após a ocupação no ano de 2004, sem avanço ou ganho substantivo. No ano de 2005 foi realizada uma terceira reunião, na qual, além da ExNEEF, também esteve presente o CBCE e, apesar de também afirmarem a necessidade da reabertura das discussões referentes às DCNEF, não avançaram, no entendimento dos estudantes, em relação à Audiência Pública de 2003, por continuarem não defendendo a

⁷ A proposta de Licenciatura Ampliada foi concluída no ano de 2003, durante o XXIV ENEEF, na Universidade Federal do Paraná, com apoio do Grupo LEPEL. Para aprofundamento, consultar Alves (2005).

Licenciatura Ampliada como a melhor possibilidade de formação para a graduação em Educação Física, nem a Cultura Corporal como objeto de estudo da área.

A partir desta experiência do MEEF se demonstram os limites da democracia burguesa no âmbito do Estado brasileiro, que se resumiu, nesse caso, a uma forma de convencer os estudantes a aceitarem as “regras do jogo” e de desmobilizar o movimento de resistência para, assim, construir o “consenso possível”. Como se fosse viável a junção de projetos essencialmente distintos, pois se tratam de interesses de classes opostas. Contudo, nessa reunião foi defendida a organização de fóruns para discussão independente do próprio MEEF relativos às Diretrizes Curriculares, em consonância com a defesa da *democracia-condição social*.

Nesse sentido, se explicita que as concepções de formação e de sociedade sustentadas pelo MEEF e pela COESP são completamente antagônicas. O MEEF defende claramente a Licenciatura Ampliada, recusando a fragmentação entre licenciatura e graduação (bacharelado), que fragiliza ainda mais os trabalhadores em Educação Física⁸, apresentando uma proposta contra-hegemônica de formação, tendo como horizonte teleológico a formação *omnilateral* e a construção da sociedade socialista. Já as DCNEF apontam para o aligeiramento e a fragmentação da formação, inserindo a lógica das competências para o favorecimento do “mercado”, coadunando com as políticas neoliberais que vêm sendo aplicadas na educação brasileira, necessárias para ao capital.

Diante desse embate inserido na realidade da sociedade brasileira, torna-se fundamental entender a educação e a educação física enquanto direitos sociais e que a sua garantia como bens inalienáveis do ser humano e dever do Estado é imprescindível para construção da democracia no Brasil, já que podemos evidenciar as dificuldades de implementá-la numa sociedade dividida em classes sociais, na sociedade capitalista. Portanto, a discussão das DCNEF não pode ser desvinculada do debate sobre democracia e luta de classes, pois as políticas públicas atuais se encontram inseridas no contexto das relações capitalistas de produção da vida, o que, em essência, implica na reprodução da desigualdade social.

Para tanto, julgamos necessária a luta pela revogação das atuais DCNEF, o que se articula à urgente necessidade de socialização dos meios de produção da vida e apropriação das forças produtivas pelos trabalhadores, inclusive da produção do conhecimento, para que seja possível a construção de uma democracia – socialização do poder político – que atenda aos interesses da classe oprimida. Entendemos, ainda, que a própria democracia deve ser a construção de uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista, e não apenas resumir-se a um método para construção de falsos consensos que não atendem às reivindicações históricas do MEEF e da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. S. **Diretrizes Curriculares Nacionais**: um olhar através da vivência no Movimento Estudantil de Educação Física. Trabalho de conclusão de curso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.
- BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transformação**, 1997.

⁸ O MEEF entende que a prática pedagógica é a orientação de toda a intervenção do professor de educação física, superando, assim, a falsa dicotomização entre licenciados e bacharéis.

BRESSER PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (orgs). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 4ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CARTA DE VITÓRIA. **Carta do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho, à Direção Nacional do CBCE e aos sócios deste Colégio, elaborada por ocasião da reunião de trabalho do GTT**. Vitória: Grupo de Trabalho Temático Formação Profissional e Mundo do Trabalho. CBCE. 14 de Dezembro de 2003.

COUTINHO, C. N. Democracia e socialismo no Brasil de hoje. In: WEFFORT, F. de et. al. **A democracia como proposta**. Rio de Janeiro: IBASE, 1991.

DIAS, E. F. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivação. In: **Textos didáticos nº 29**, IFCH/UNICAMP, ago. 1997.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

INEP. **Censo da educação superior**, 2003.

LIMOEIRO, M. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, O. **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados; Niterói: EDUFF, 2005.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. 20ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

MELO, A. A mundialização da educação: neoliberalismo e social-democracia no Brasil e na Venezuela. In: **Trabalho, Educação e Saúde**. V. 3 n. 2, p. 397- 408, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J P. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

NOZAKI, H. T. **Educação Física e reordenamento do mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2004.

NOZICK, R. **Anarquia, Estado e utopia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

OLIVEIRA, F. de. Uma alternativa democrática ao liberalismo. In: WEFFORT, F. de et. al. **A democracia como proposta**. Rio de Janeiro: IBASE, 1991.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo hoje**. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Comunicação oral – tecnologia de apresentação: *datashow*
GTT Movimentos Sociais

Endereço para correspondência: LEPEL/FACED/UFBA – Avenida Reitor Miguel Calmon, s/n.º, Vale do Canela, CEP 40110-100, Salvador/BA

E-mail para contato: tinaparaiso@yahoo.com; erikasuruagy@yahoo.com.br; guilermegil@yahoo.com; melmeef@yahoo.com.br.